

# Símbolos de memória: desfiles, festas e comemorações no retorno das tropas\*

*Memory Symbols: parades, festivities and celebrations honoring the return of combatants*

## Ana Beatriz Ramos de Souza

Doutora e Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Geologia do Quaternário (ênfase em Arqueologia) pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército).

## Marcelo Vieira de Souza Filho

Mestre em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de oficiais do Exército (2000). Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Associado aspirante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

## Maristela da Silva Ferreira

Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010). Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Associada titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

## RESUMO

A invenção das tradições é um processo de formalização e ritualização, que se refere ao passado, pela imposição ou pela repetição. Seria ainda um conjunto de práticas reguladas por regras, tácitas ou aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam incutir valores e normas a fim de estabelecer uma espécie de continuidade com um passado histórico apropriado. O presente artigo busca examinar as comemorações ocorridas na Corte pelo retorno dos ex-combatentes da Tríplice Aliança, relacionando os movimentos de iniciativa popular e governamental com os atos de rememoração e esquecimento, destacando a dimensão de crise do Estado monárquico, bem como a tentativa de montagem de um novo repertório ritualístico e simbólico que compreendesse o momento advindo do contexto histórico-social a partir de 1870.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra da Tríplice Aliança; Comemorações; Memória

## ABSTRACT

*Traditions are invented in a process based on the formalization and ritualization of the past using both repetition and imposition. They can also be explained as a set of practices governed by inflicted or accepted rules that can be ritualistic or symbolic. These rules are created to instill values and norms with a view towards establishing a certain continuity with specific moments in history. This article intends to provide a review of various celebrations that took place at the Court to honor the return of combatants fighting during the War of the Triple Alliance. It correlates the various movements occurring in Brazil at the time, both grassroots and government-led, with acts of remembering but also of neglecting and forgetfulness. It also reflects on the extent of the crisis affecting the Monarchy, as well as the attempt to build a repertoire of ritualistic and symbolic narratives encompassing the social and historical context of Brazil in the years following the events of 1870.*

**KEYWORDS:** War of the Triple Alliance; Celebrations; Memory

---

\*Artigo recebido em 25 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 65-82 – 2020.

Para entender os acontecimentos posteriores à guerra, é importante situar os caminhos da política imperial nesse período. Segundo José Murilo de Carvalho, a década de 1860 foi a mais intensa em debates políticos, além de ter representado o fim da chamada “política da conciliação”, implantada durante a década de 1850 (CARVALHO e NEVES, 2009, pp. 23-24). Conforme Carvalho, “o domínio dos conservadores estendeu-se até 1853. Desse ano até 1862, predominou uma política chamada de conciliação partidária, seguida de um período liberal até 1868, quando os conservadores voltaram ao poder” (CARVALHO, 2010, p.103).

Entre 1864 e 1868, os anos mais duros da guerra, ocorreu o período de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado, com quatro ministérios se sucedendo, derubados sistematicamente por votações na Câmara. A inclusão, por influência do Imperador, da questão servil na fala do trono de 1867 provocou uma forte oposição dos liberais que apresentaram emenda contra a iniciativa, e, além disso, o desentendimento entre Caxias, comandante em chefe das tropas aliadas no Paraguai e velho membro do partido conservador, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, liberal, que comandava seu terceiro gabinete, foi tão grave que acabou sendo levado ao Conselho de Estado. Caxias pediu demissão, pois se achava desprestigiado pelo governo liberal devido a críticas veiculadas nos jornais. Chegou-se a um arranjo político, visto que o próprio Conselho de Estado se dividiu entre Zacarias e Caxias, mas esse arranjo durou pouco tempo.

Aproveitando-se da escolha de um senador, feita pelo Imperador, da qual discordava, Zacarias pede demissão em julho de 1868, mesmo com os apelos de permanência feitos pelo Imperador, negando-se inclusive a indicar um sucessor. Preocupado com o andamento da guerra, D. Pedro II decidiu manter Caxias no comando e chamar seus correligionários, velhos conservadores, comanda-

dos pelo Visconde de Itaboraí (CARVALHO e NEVES, 2009, pp. 26-28). A reviravolta feita por D. Pedro II, com uso do poder conferido pela Constituição, nomeando gabinete e não levando em conta a votação da Câmara – neste momento os conservadores não contavam com maioria – provocou a “união” dos liberais e progressistas, que negaram confiança a Itaboraí, que, não tendo escolha, viu-se obrigado a dissolver a Câmara.

Nesse clima de tensão política, em janeiro de 1869, Caxias entra em Assunção; para o velho comandante estava terminada a guerra. Mas o conflito ainda não estava encerrado. Em agosto de 1868, Caxias já escrevia dizendo que não restaria outro recurso aos paraguaios senão a “pequena guerra”, a considerando mais mortífera do que até então estava sendo, obrigando o Exército Imperial a penetrar em um “país devastado e privado do mínimo recurso” e obrigando o Brasil a ter altos gastos com fornecedores. Caxias ainda afirmava que “como brasileiro e senador do Império, e com a consciência de general, tenho para mim que as injúrias irrogadas pelo tirano do Paraguai às potências aliadas estão mais do que suficientemente vingadas”, e continua: “essa irritante cláusula que exigia a retirada de López do país contida com a mais imperdoável imprevidência no Tratado fazia com que López, em seu orgulho descomunal, não pedisse a paz”. Apesar das justificativas, D. Pedro II mandou comunicar a Caxias que a guerra devia seguir e o Ministro da Guerra informou que a luta deveria terminar apenas com a expulsão de Solano López do Paraguai (DORATIOTO, 2002, pp. 338-339).

O Imperador, no intuito de cumprir com o que fora acordado no Tratado da Tríplice Aliança, segundo o qual a guerra somente acabaria com a retirada de Solano López do poder e seu conseqüente exílio, prolongou o conflito. Contrariando as expectativas do comando aliado, Solano López, apesar de todas as evidências de que sua causa esta-

va perdida, decidiu manter o conflito e eliminou praticamente todos os homens que poderiam sucedê-lo. Caxias, cansado dos combates, abandona o Paraguai em janeiro de 1869, declarando terminada a guerra. Sua partida e de seus principais assessores desanimou as tropas de ocupação do Paraguai, provocando um enorme pedido de dispensa de oficiais e voluntários, além de diversas especulações sobre a fuga de López.

As críticas mais severas feitas a Caxias partiram dos Senadores Teófilo Otoni e Zacarias (DORATIOTO, 2002, p. 390). Temendo ter que lutar contra um “Exército de guerrilha” de López, as lideranças políticas do Império decidiram optar pelo prosseguimento e, para tanto, o Conde d’Eu, genro do Imperador, foi nomeado para comandar o Exército na busca pelo ditador paraguaio. Em 20 de março de 1869, D. Pedro II recebera uma carta de José Maria Paranhos, representante brasileiro no Paraguai, afirmando a necessidade de o Conde d’Eu ir para o Paraguai. Então, em 22 de março, foi publicada, além da demissão de Caxias, a nomeação do Conde como comandante em chefe das forças brasileiras na guerra (RANGEL, 1935, p. 218).

A situação acabou sendo agravada pela disputa política no Rio de Janeiro e pelo fato de a guerra já ter se tornado impopular, ao contrário do que ocorreu no início do conflito. Nesse ínterim, entre a saída de Caxias e a chegada do Conde d’Eu, o Conselheiro Paranhos teve papel fundamental. Sua presença no Paraguai fez sentir a autoridade do governo (ou até melhor, a presença do governo), e novamente conseguiu mobilizar as tropas para retomarem as operações. A nomeação de um membro da família real poderia reerguer o moral da tropa no Paraguai. A opinião pública se animou com a nomeação do Conde d’Eu, julgando estar próximo o fim da guerra (TAUNAY, 1920, p. 10). Em 14 de abril, ele e sua comitiva chegavam a Assunção, e, em 16 de abril de 1869, o Conde d’Eu assume de uma vez por todas o comando das tropas

brasileiras. Até agosto desse ano, ocorrem algumas batalhas significativas mas, a partir desse mês, a guerra se transformou em uma verdadeira caçada a Solano López.

Antes mesmo do final do conflito, já era nítida a vontade do governo imperial no sentido de desmobilizar as tropas. Em novembro de 1869, era ordenada a retirada dos primeiros contingentes de voluntários da pátria. Desejava o príncipe enviar grande número de soldados para o Rio de Janeiro a fim de despertar o regozijo público, mas o governo de antemão já avisara que não teria transporte suficiente, muito menos alojamentos para receber grande quantidade de soldados<sup>1</sup>. Na verdade, o governo temia desordens e agitações na capital e a utilização disso pelos liberais, além do Partido Conservador não pretender realizar homenagens aos generais brasileiros ligados ao Partido Liberal. Paranhos sugere então que, “contaminados de indisciplina e ideias perigosas”, os soldados não deveriam desembarcar no Rio de Janeiro, e sim seguir diretamente para suas províncias de origem, de preferência em frações<sup>2</sup>. Ao Rio não deveriam chegar, por exemplo, mais do que 1600 voluntários de cada vez, e, mesmo assim, não podiam constituir batalhões inteiros, mas misturados metade a metade (GOYENA SOARES, 2017, pp. 285, 293).

Em 3 de fevereiro de 1870, retiraram-se do Paraguai os primeiros batalhões de voluntários. O Conde d’Eu exigira que os primeiros contingentes a se retirar fossem de voluntários da pátria, o que foi atendido. Havia ainda o horizonte de expectativa dos veteranos com a possibilidade de superação de sua condição socioeconômica, e, com isso, ascensão social, a partir da participação na guerra e com o recebimento das promessas feitas pelo governo. O não cumprimento ou as poucas promessas cumpridas trouxe frustrações no regresso que nem os festejos poderiam aplacar. Esses homens não seriam mais os mesmos. A dura campanha e a convivência

com diferentes trariam um novo olhar que poderia trazer problemas ao Império.

A habilidade de Paranhos tanto no fazer diplomático quanto nas “orientações” ao Príncipe foram de acordo com que esperava o governo. A retirada deveria ser aos poucos, a fim de afastar qualquer possibilidade de se pensar que ocorreu uma “debandada” e que ele – o Príncipe – não deveria se preocupar com as glórias do retorno, pois “o povo brasileiro não é belicoso, as festas militares não são as que mais exaltam” (GOYENA SOARES, 2017, p. 89). Feito isto, as tropas retornariam não em batalhões completos, mas em fragmentos destes, bem como não seria permitido aos oficiais seguirem à frente dos mesmos, para evitar a chamada politização das tropas.

Em fevereiro de 1870, ou seja, ainda antes da morte de Solano López, os veteranos (no caso específico os batalhões de voluntários da pátria de números 23º e 27º da Corte, o 30º de Pernambuco e os 40º e 46º da Bahia) começaram a regressar recebendo os vivas e tendo seus comandantes à frente (GOYENA SOARES, 2017, p. 96). Além disso, diversos veteranos passaram a encenar peças teatrais com narrativas sobre a guerra, basicamente relativas às vitórias dos “briosos filhos do Norte”, bem como louvações do Major Francisco Rodrigues Pessoa, do 30º de voluntários de Pernambuco, a figuras como Felipe Camarão, Henrique Dias, além de Pedro Ivo e Nunes Machado, líderes da Revolução Praieira (GOYENA SOARES, 2017, p. 95). Para evitar a tão temida politização da tropa, era necessário então que o governo tomasse as rédeas do processo, igualmente do processo comemorativo, a fim de estabelecer sua forma de construção de uma memória, para que ela se tornasse a memória oficial da guerra.

## AS FESTAS

As iniciativas populares de comemoração já se iniciam mesmo antes do final da guerra, a partir de qualquer notícia que circulasse nos jornais sobre alguma vitória ou

avanço no conflito. Um exemplo disso são as comemorações realizadas na Corte pela “Passagem de Humaitá” em 1868. Bastaram os jornais divulgarem no início de março a transposição do bloqueio para as comemorações se iniciarem. O *Jornal das Famílias*, de julho de 1869, fez uma espécie de rememoração dos eventos.

Festejava-se a grata notícia da ocupação da famosa Humaitá pelas tropas brasileiras, notícia esta que se tornava muito mais grata por chegar à Corte na época em que algumas cartas e ofícios embusteiros dos nossos *fiéis* aliados argentinos haviam enlutado os corações brasileiros, anunciando desastres e discórdias entre nossos valentes generais. A mola que comprimia e contristara os peitos do povo, e ainda mais o do seu virtuoso soberano, se elastera vigorosamente com a nova da tomada do baluarte paraguaio, e de estar nossa briosa Esquadra dominando todo o Rio Paraguai; e cada qual queria desferrar-se da tristeza anterior, dando mais livre expansão do entusiasmo que o dominava. O povo, em ondas compactas, percorria satisfeito e alegre as ruas da Corte, adornadas de arcos de flores, festões e bandeiras de todas as nações; o estampido da artilharia de bordo, e o da multidão de foguetes que estalavam no ar, se misturava com os vivas entusiásticos que milhares de vozes elevaram à pátria e ao monarca; os grupos de formosas moças, ainda mais formosas pela alegria que irradiava de suas faces; o delicioso aroma dos ramos de flores e das essências perfumadas que embalsamavam a atmosfera; o som harmonioso das bandas de música que percorriam as ruas, entoando hinos de triunfo; a imensa profusão de globos e luzes que inundavam de claridade todo esse belo espetáculo; tudo isso se juntava para lisonjear os cinco sentidos de nosso patrícios e fazê-los exultar de ventura.

Nos documentos referentes aos pedidos de particulares à Câmara de Vereadores da Corte, encontramos um sem números de solicitações para festas em comemoração ao fato<sup>3</sup>. Acreditava-se, contudo, que a Passagem de Humaitá seria o indício do caminhar para o final do conflito, o que não ocorreu. Em 17 de março de 1868, foi recebida uma solicitação para festejos patrocinados pela Marinha Imperial na Rua Dom Manuel; a própria Câmara encabeçou uma dessas comemorações, divulgando, como era de costume, a programação oficial dos festejos que se realizariam no dia 9 de março. Era na verdade uma sequência de acontecimentos:

- I. Iluminar as frentes das casas por três noites;
- II. Que a Câmara deseja felicitar SMI;
- III. Que oito dias depois a Câmara manda solenizar um *Te Deum* em ação de graças na Capela Imperial, começando as grandes iluminações por cinco dias com a verba das comissões.

As iniciativas particulares também mereceram destaque. O documento “Notícias dos diferentes festejos e iluminações cujos processos foram submetidos à Câmara” mostra bem a diversidade dessas comemorações. Onde elas ocorreram?

- I. Praça da Constituição – do lado entre a Rua do Conde e Rua da Constituição (a cargo de uma comissão preestabelecida, e não se declarando a categoria dos festejos);
- II. Praça da Constituição – do lado entre as Ruas da Constituição e Sete de Setembro, onde uma fachada com escudos, troféus e bandeiras seriam expostos;
- III. Rua do Ouvidor – da Rua do Ouvires até a Rua da Quitanda;
- IV. Rua do Ouvidor – da Rua da Quitanda até a Rua da Direita;
- V. Rua do Ouvidor – da Rua do Ouvires, entre Rua do Ouvidor

e Sete de Setembro, colocando um arco no canto da Rua do Ouvidor, um arco no canto da Rua do Ouvidor e Sete de Setembro e mais 14 pequenos arcos no espaço;

VI. Na Rua da Direita, entre Rua de São Pedro e Teófilo Ottoni, com um arco ou adornos;

VII. Na Rua do Ouvidor, Rua do Rosário, Rua da Direita, para o mar, Rua do Mercado, Travessa do Comércio, Rua da Alfândega e Beco do Lopes, com arcos nas embocaduras de todas as ruas citadas e coreto;

VIII. Rua da Saúde, em frente à Rua do Livramento, lado do mar, com um templo e seis arcos triunfantes;

IX. Saco do Alferes e Largo da Gamboa, com um coreto, ornamentos pelas ruas e praia;

X. Freguesia da Lagoa – iluminação na Praia de Botafogo;

XI. Freguesia da Glória – *Te Deum*, iluminação nas circunvizinhanças da igreja;

XII. Largo e Rua da Providência – empregarão esforços para brilhantes festejos;

XIII. Academia de Belas Artes – iluminação de seus prédios;

XIV. Sociedade Tenentes do Diabo (Rua Sete de Setembro) – iluminação de seus prédios;

XV. A comissão da Rua do Senador Eusébio aguarda a organização para postar seu programa;

XVI. A sociedade Libertação na Freguesia de Santo Antônio dará liberdade a tantas crianças que lhe for possível;

XVII. A Comissão representante da classe tipográfica libertará seis crianças;

XVIII. Um grupo superior a 12 senhoras irá receber SAR;

XIX. Um grupo de senhoras pretende reunir-se no Paço Municipal para oferecer a SAR um bouquet.<sup>4</sup>

Dentro do programa dos festejos, havia a participação de diversos segmentos, das freguesias mais pobres da Corte às mais abastadas, a libertação de crianças escri-

vas e a participação na organização como forma de oportunidade política (como se percebe através dos diversos agradecimentos enviados à Câmara dos membros felizes pela escolha para as Comissões).

## O RETORNO DAS TROPAS

Antes mesmo do final da guerra, alguns contingentes de ex-combatentes chegavam à Corte. A princípio deveriam vir os voluntários da pátria e os guardas nacionais designados. Em ofício de 10 de dezembro de 1869, endereçado ao Ministro da Guerra, o Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras, argumentava sobre a desvantagem econômica de se manter um grande número de soldados no Paraguai, e por isso sugeria ao ministro que os voluntários da pátria e os guardas nacionais deveriam ser os primeiros a seguirem para o Brasil, afirmando ainda a necessidade de isto ocorrer com “certa solenidade, para que apareça como termo visível dos sacrifícios impostos ao Brasil e para que o acolhimento feito aos que tanto trabalharam pela honra nacional sirva aos vindouros de estímulo para imitá-los.”<sup>5</sup>

A ideia era de conduzir de uma só vez à Corte, a princípio, os 13 batalhões de voluntários para que se pudesse, em suas palavras, “fazer uma entrada solene nessa grande cidade”, e o Conde solicitava transportes para tal intento. O Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, em resposta, informava sobre a inexistência de transportes na Corte capazes de conduzir, de uma só vez, cinco a seis mil praças, e também a insuficiência de acomodações, “guardadas as condições higiênicas e ainda mais porque não existem na Corte quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas.” O Conde d'Eu também pretendia vir à frente dos batalhões, algo que logo foi impedido pelo próprio Imperador por “achar inconveniente que se ausente do Exército e das outras forças que digna e honrosamente comanda, enquanto não cessarem de uma vez

as ditas operações”. O fato é que os jornais, sejam eles a favor ou contra o governo, tais como *A Reforma*, *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*, anunciavam o término do conflito e cobravam o retorno das tropas.

A ideia de não realizar festejos para receber os voluntários gerou muita polêmica na imprensa, e acabou ocasionando problemas do “Gabinete de 16 de julho”. Tanto os jornais liberais quanto os membros do partido aproveitaram o momento para contestar o descaso da monarquia e do Partido Conservador, então no poder<sup>6</sup>. Na Corte, segundo os jornais, como *A Reforma* e *A Semana Ilustrada*, a população imaginava a passagem dos soldados “pelas alas do povo, diante das sagradas insígnias da pátria” (*A Reforma*, 8 de fevereiro de 1870) e manifestava sua vontade de comemorar o regresso dos batalhões que, segundo o jornal *A Reforma*, de Porto Alegre (que não possuía somente o nome, mas também as mesmas tendências ideológicas de seu homônimo da Corte), “acabaram de escrever no campo inimigo páginas de eterna glória para nossa pátria”. Talvez a resposta viesse de um jornal de Santa Catarina que, explicando os motivos pelos quais o governo recomendou que os voluntários regressassem em pequenas frações partindo prontamente para suas províncias, resumiu de forma esclarecedora: “a modo que fiquem tão divididas e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las” (*A Regeneração*, 26 de janeiro de 1870). Ou seja, para o governo seria melhor que os voluntários passassem despercebidos, e o receio se explicava: “na Corte é que os voluntários deveriam ajustar as suas contas; e o governo lhes prepara um calote” (*A Reforma*, 18 de janeiro de 1870).

Desta forma, em 3 de fevereiro de 1870, partiram de Rosário, nos Vapores *Presidente*, *Galgo* e *São José*, os primeiros contingentes de voluntários da pátria, todos com destino ao Rio de Janeiro e sob o comando do Coronel Faria Rocha.

Mesmo com a campanha para que fossem remetidos diretamente para suas províncias, os voluntários seguiram rumo à Corte. Desde meados de 1869, a cada novo boato que chegava do Paraguai sobre a finalização da guerra, os moradores da Corte seguiam às ruas para comemorar. Desta vez não era boato: realmente, na visão de alguns, a guerra já estaria praticamente encerrada e eles retornariam ao Brasil. Nas folhas estrangeiras e em alguns jornais brasileiros chegavam as notícias da entrada triunfante das tropas em Montevideu e das recepções na Argentina. A população da Corte esperava uma comunicação oficial do governo com relação aos festejos, e nada.

A cada vapor que chegava do Sul, o telégrafo do Castelo se embandeirava, os ministros dirigiam-se a São Cristóvão para dar vivas ao monarca, as fortalezas salvavam com tiros de canhão, a polícia mandava tocar folguedos e o hino nacional e a própria redação do *Diário do Rio de Janeiro* mantinha uma banda de música pronta para percorrer as ruas da cidade. Esse era o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro desde que Caxias desembarcou: sempre pronta a comemorar o fim da guerra. Mas tudo não passava de boatos.

Em inícios de 1870, porém, parecia real. As festas, segundo os jornais *A Regeneração* e o *Diário do Rio de Janeiro*, eram assuntos em qualquer roda na cidade. No Café Londres, na já bem frequentada Rua do Ouvidor, estudantes de direito e medicina discutiam quem eram os heróis a serem comemorados, moças eufóricas corriam às lojas a procura de tecidos coloridos para a confecção de bandeiras e flâmulas e os jornais publicavam as notícias sobre o retorno dos batalhões. A festa era pretendida pelo povo e os jornais anunciavam em suas folhas subscrições públicas a fim de arrecadar dinheiro para tal finalidade. As festas ocorreriam com ou sem a participação do governo. No coreto armado na Rua D. Manuel, na Corte, leiloavam-se galhardetes, bandeiras, lanças e escudos; no estabelecimento do Sr.

Moncada, na Rua do Ouvidor, o retrato de Osório estava exposto. A obra foi executada pelo artista Rocha Fragoso e realizada a partir de uma subscrição pública.

Finalmente, em 26 de janeiro de 1870, o governo publicou o programa para a recepção dos corpos de voluntários. Todo itinerário seria feito valorizando elementos cívicos do Império, refirmando assim seus interesses e retirando do controle da população os festejos e sua espontaneidade, e dando a ela a ressignificação que mais lhe interessava. O roteiro foi desenvolvido a fim de tentar transformar a recepção aos voluntários em um evento cívico e ressaltar algumas das áreas mais importantes da Corte: administrativas, como o Paço, a Câmara e o Senado; e simbólicas como o Largo de São Francisco de Paula e a Faculdade de Engenharia, o Campo da Aclamação – com a face voltada para a Cidade Nova recém-urbanizada e a Praça da Constituição.

No dia 3 de fevereiro, às 8 horas da manhã, ao som de músicas marciais, começou o embarque das tropas em Rosário. Os vapores *Vassimon*, *Galgo* e *São José* conduziam a primeira brigada de voluntários, compreendendo os seguintes batalhões: o 17º de Minas Gerais – com 32 oficiais e 460 praças; o 40º de Pernambuco – com 37 oficiais e 457 praças; o 53º da Bahia – com 36 oficiais e 435 praças; totalizando 107 oficiais e 1352 praças, ou seja, 1459 homens.

Em 15 de fevereiro, o Vapor *Galgo*, conduzindo o 40º de voluntários, e o *São José*, com o 53º de voluntários de Pernambuco, aportaram na Cidade do Desterro para que os batalhões se refrescassem e aguardassem as ordens do Governo Imperial para sua entrada na Corte. Foram saudados em terra com foguetes. Quando já passava das 22 horas daquele mesmo dia, chegava o último vapor transportando o 17º de voluntários mineiros. Na tarde do dia seguinte, iniciou-se o desembarque das tropas no Desterro, seguindo pelo cais da Rua do Príncipe, para acomodar-se na Praia de Fora, em um armazém à rua São Sebastião (*O Des-*

pertador, 19 de fevereiro de 1870). Os moradores improvisaram festas e a Câmara Municipal tomou a iniciativa de manifestar o regozijo pela presença dos voluntários, ressaltando sempre as provas de civismo nos campos paraguaios. Apesar da chuva, um grande número de pessoas seguiu para o Largo do Palácio e as janelas estavam ornadas com tecidos (*Diário do Rio de Janeiro*, 24 de fevereiro de 1870). Nos dias em que estiveram no Desterro, a Câmara decretou feriado e as notícias que seguiam era de que a cidade ficara iluminada durante três noites consecutivas, além de assistirem missa no altar levantado no pórtico da igreja Matriz, embarcando logo em seguida para o Rio de Janeiro.

O desembarque na Corte dos três primeiros batalhões de voluntários ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1870, vinte e um dias após terem saído de Rosário. Os voluntários mineiros e baianos chegaram ao Rio de Janeiro às 4 horas da tarde do dia 23 de fevereiro de 1870, mas não desembarcaram, ficando à espera dos voluntários pernambucanos, que só chegaram à noite. Neste grupo estava presente a famosa Ana Nery e os seus dois filhos. Foi somente de noite que ocorreu finalmente o tão esperado desembarque.

A guerra continuaria sendo bela e heroica. Mas o governo teria sua explicação. Em ofício enviado à repartição do Ajudante-General, o Tenente Caldwell informou que o desembarque previsto para as 4 horas da tarde não se realizara, em virtude de a maior parte das embarcações responsáveis pelo transporte dos voluntários até o Arsenal de Marinha teria encalhado no curtume de São Cristóvão<sup>7</sup>.

De forma pacífica, seguiu-se o programa anunciado. No cais, ruas e praças, nas janelas e por toda parte as pessoas se aglomeravam, dando vivas aos voluntários. De dois coretos “esplendidamente decorados” o hino nacional foi tocado; os inválidos esperavam na saída do arsenal para saudá-los e os edifícios públicos foram enfeitados com bandeiras, colchas, flores e folhagens. A cidade se

iluminou na Praça do Comércio para destacar os quadros comemorativos das grandes batalhas e arcos levantados na Rua do Hospício. No Arsenal de Marinha foi erguido um arco do triunfo, onde havia um escudo com a seguinte inscrição: “a pátria agradecida – as falanges vitoriosas”, e na outra face os emblemas do Exército e da Marinha. Duas colunas foram erguidas em ala ao longo do mar e chegavam até o ponto do desembarque. A primeira representava 24 batalhas, de dezembro de 1864 até julho de 1869. A segunda comemorava os feitos que se seguiram até setembro de 1869 (*A REFORMA*, 24 de fevereiro de 1870). Somente nos quadros representativos das batalhas é que o governo tomou parte, fora isso praticamente todo o restante foi realizado a partir de subscrições públicas. Esses eventos tiveram um caráter político bem delineado, ao escolher quais batalhas e quais “heróis” deveriam ser homenageados. Nesse sentido, o Imperador praticamente orientou as comemorações.

Logo que desembarcaram os voluntários no Arsenal de Marinha, o Imperador tomou a palavra e em nome da “nação brasileira”, agradeceu aos comandantes e oficiais superiores os serviços prestados:

Senhores comandantes de brigada e comandantes de batalhões! Aceitem este abraço que transmitireis a vossos camaradas, em testemunho do meu júbilo ao ver-vos de volta com tanta glória à vossa pátria. Queira Deus que este sucesso seja o feliz prenúncio da breve terminação da guerra como tanto merecem os brasileiros, por seus constantes esforços em defesa da honra nacional. Viva os voluntários, o Exército e a Armada Nacional (*A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870).

Após este discurso, D. Pedro II abraçou os três comandantes e pediu-lhes que transmitissem aos seus camaradas essa prova de afeto, e, logo em seguida, ergueu a voz exclamando: “Viva os voluntários da Pátria! Grito que foi repetido a um tempo por milhares de cidadãos como uma voz majestosa de um povo agradecido”.



Depois da passagem dos voluntários seguiam os inválidos da pátria e os artistas do Arsenal de Marinha, precedidos por banda de música e uma boa quantidade de público. O último batalhão, o 53º de voluntários, desfilou por volta das sete horas da noite, dirigindo-se já às altas horas para o Quartel do Campo da Aclamação, sendo ali recepcionado pelo presidente da Província, pelo chefe de polícia, oficiais da Guarda Nacional, corpos policiais e “cidadãos distintos” (*Jornal do Commercio*, 25 de fevereiro de 1870).

A ideia do governo em fazer retornar os voluntários em pequenos grupos, a fim de evitar desordens, realmente surtiu efeito, pois até esse momento realmente nada fora registrado. Mas essa prática trouxe outra realidade: a diminuição do entusiasmo público na recepção aos voluntários. As festas passaram a ser realizadas praticamente pelos conterrâneos dos combatentes dos batalhões que moravam na Corte, e sem mais nenhum incentivo do governo. Esse panorama só foi alterado com a chegada dos batalhões de voluntários da Corte e da Província do Rio de Janeiro, que estavam acompanhados do Conde d'Eu, como veremos adiante.

Os principais integrantes do governo afirmaram que doariam seus salários para a recepção dos voluntários. Mas pelo que foi lido nos jornais da época, e também nas fontes do Tesouro, realmente os gastos do governo foram mínimos e esses senhores não devem ter contribuído, já que a decoração e foguetes eram obtidos por subscrição pública. Em 19 de março de 1870, às três horas da tarde, achava-se no Arsenal de Marinha, para adentrar a Corte, o 23º de voluntários, pertencente a Província do Rio de Janeiro, juntamente com o 30º de Pernambuco. Além de ser o primeiro batalhão de voluntários do Rio de Janeiro a retornar, ele também foi o primeiro a desembarcar logo após a notícia da morte de Solano López e o fim da guerra. Os dois batalhões desfilaram tendo à frente o agora General Caldwell e seu ajudante de ordens. As ruas foram novamente ornadas

com bandeiras, as janelas com colchas adomadas e guarnecidas de senhoras que “faziam chover flores àqueles que na defesa da pátria tantas vezes haviam visto chover balas inimigas, formando alas vitoriando os bravos voluntários na sua chegada” (O CORREIO PAULISTANO, 29 de março de 1870).

O batalhão de inválidos, que estava na porta do Arsenal, acompanhou a marcha e ao encontro deles vieram os alunos da Faculdade de Medicina e da Central, com bandeiras e insígnias, seguidos por cidadãos de diversas classes sociais e músicos que entoavam hinos. Logo após o desembarque, o Coronel Bittencourt ofertou uma coroa de louros ao 23º de voluntários para adornar a bandeira que possuía furos dos combates, e o Capitão de Fragata Bittencourt Cotrim proferiu o primeiro discurso, concluído com estrondosa aclamação do povo. Diversos outros discursos se seguiram, inclusive da jovem Maria José Coimbra de Amaral, que foi dirigido ao Conde d'Eu, e, logo após, algumas senhoras entregaram ao Príncipe uma coroa<sup>8</sup>.

A iluminação feita nas primeiras recepções foi repetida. Arsenal de Marinha, Praça do Comércio e o prédio do *English Bank* estavam enfeitados. Na Praça da Constituição, foram colocados três retratos – do Imperador, do Marquês de Herval (General Osório) e do Conde d'Eu, com o Imperador muito iluminado e o General Osório ao centro (*A Reforma*, 22 de março de 1870).

Apesar dos cuidados das autoridades, foram frequentes os tumultos e as desordens na cidade. Entre essas ações, duas merecem destaque por terem assustado bastante as autoridades e fomentado ações punitivas contra os militares. A primeira aconteceu nas comemorações pela volta do Conde d'Eu, onde um grupo de cerca de cem oficiais do Exército foi responsável por inúmeros tumultos no decorrer dos festejos ocorridos no domingo, dia 2 de maio de 1870.

Foram praticamente cinco meses de festas e comemorações pelo retorno dos voluntários, mas, da forma planejada pelo governo, com contingente em pequeno número, ainda

faltavam alguns batalhões para retornarem ao Brasil. Os desembarques foram se arrastando e poucos foram os que conseguiram arrijar-se público. Após a chegada do Conde d'Eu e do primeiro batalhão de voluntários que saíram do Rio de Janeiro, o ânimo arrefeceu.

## O FIM DA GUERRA

E boas semanas foram últimas para a crônica! Festas, Festas, Festas! E por que motivo! Todos os nobres sentimentos de uma grande nação e de seus amigos se reuniram para produzir essa imensa revoadada de aplausos ao Príncipe, a todos os generais, a todos os oficiais, a todos os soldados de mar e terra que deste solo abençoado foram (oh filhos beneméritos da pátria) vingar – não o Brasil – mas a humanidade! [...] Certo, não venho agora repetir o que os jornais contaram, e o que todos puderam ver: as festas da rua, nem lhe direi quantas corporações, em massa, ou por meio de delegados, foram dar a Suas Majestades e Altezas o parabéns e o aplauso pela gloriosa terminação da guerra, e pelo feliz regresso do Príncipe vencedor. Tais demonstrações de regozijo, se não ficassem inscritas no papel, não perderiam por isso nenhuma das suas promessas de eternidade; porque as gerações as hão de transmitir aos porvindouros. A guerra foi a grande epopeia do Brasil; as festas da paz são o seu epílogo (*Semana Illustrada*, 15 de maio de 1870).

Essa longa citação se faz necessária a fim de salientar o ambiente que se instalava na Corte – quiçá em todas as províncias – pela terminação do conflito. A euforia e o júbilo pela “glória da nação” fez o autor pensar que essas festas seriam gravadas na memória e para sempre lembradas. Ledo engano.

Logo que fora anunciada a morte de Solano López, e, desta forma, de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o término do conflito, festas e mais festas foram realizadas na Corte. As primeiras manifestações

foram felicitações ao Imperador, como podemos ver na notícia publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, de 20 de março de 1870:

Ilma. Câmara Municipal – ontem a Ilma. Câmara Municipal, em corporação, teve a honra de felicitar Sua Majestade o Imperador pela gloriosa terminação da Guerra com o Paraguai, e de pedir-lhe a graça de designar a igreja, e marcar dia e hora em que deve ser celebrado o *Te Deum* que a Ilma. Câmara, em ação de graças ao Todo Poderoso, resolve mandar solenizar. Sua Majestade dignou-se de responder que agradecia às felicitações da Ilma. Câmara Municipal da Corte e se associava às suas manifestações de júbilo; bem assim designava a Igreja de São Francisco de Paula, e marcava o dia 25 de março, às 6 horas da tarde, para o *Te deum*.

Claro que a primeira hipótese para esse anúncio é fazer a publicidade da Câmara, mas, logo após essa publicação, surgem diversas outras relativas a festas de iniciativa popular. Com o título *Regosijo público*, a matéria exalta uma comemoração feita de forma espontânea: quando – como de costume – o Imperador e a família foram no sábado assistir à missa na Igreja da Glória, ela estava cheia de famílias e alunas de diversos colégios, que lá foram exatamente para os cumprimentos relativos ao fim do conflito.

Além disso, estudantes da Escola de medicina percorreram as ruas, vestidos a rigor, precedidos de uma banda de música, levando todos um distintivo “oficial” na cor verde; eles sustentavam ainda bandeiras das nações pertencentes à Tríplice Aliança. Empregados públicos e comerciantes deram vivas aos “vultos” que mais se distinguiram na campanha do Paraguai, parando em frente à tipografia, onde o Capitão da Guarda Nacional Luis Ribeiro elevou vivas à nação brasileira e ao Imperador, ao Exército e à Armada, aos generais e em especial destaque ao Visconde de Pelotas, sendo pelo povo correspondido.

Os funcionários do comércio saíram ainda acompanhados de músicos do edifício da

Praça XI por volta das 2 horas da tarde, dirigindo-se ao Arsenal de Marinha, onde estava o Imperador. O próprio Imperador recebeu em São Cristóvão felicitações de várias classes, incluindo o Conselho Supremo Militar, Guarda Nacional incorporada e a Escola de Marinha.

Pesquisando nos arquivos da Câmara Municipal da Corte, é possível localizar inúmeros pedidos de autorização para a realização de festejos, constando seus roteiros e participantes ou coordenadores. Ainda, temos notícia de diferentes ocorrências que surgiram de forma espontânea e que não receberam o crivo da autoridade municipal, podendo então só serem vistas nas notícias publicadas nos jornais da época. O jornal *Vida Fluminense*, de 30 de abril de 1870, resume muito bem, e ironicamente, o momento de êxtase: “Toda a cidade se transformou em poucos dias n’um enorme arco do triunfo, que começa em Mata Porcos e acaba na Rua da Guanabara (atual Rua Pinheiro Machado), nas Laranjeiras. Tudo é festa, tudo é joia!”.

O relato mais minucioso de festejos pode ser encontrado em um pedido realizado pela Comissão do 2º Distrito de Santa Rita pelo fim da guerra e retorno do Conde D’Eu. A freguesia, situada em uma das regiões mais pobres da Corte e com população de negros bem elevada, talvez seja a campeã de solicitações para a Câmara no concernente à elaboração de festejos. Segundo o programa,

Faz-se levantar um templo sobre colunas que terá 40 palmos de altura, ricamente decorado e iluminado à gás, tendo no centro troféus de guerra e colocado na Rua da Saúde em frente a do Livramento, ladeira do mesmo; no fundo do templo haverá lugar para uma banda de música que deve tocar durante as noites dos festejos; Se SS MM I forem, um grupo de senhoras cantarão um hino dedicado ao Conde D’Eu; serão levantados mais seis arcos triunfais que serão colocados nos locais mais conveniente das Ruas da Saúde e do Livramento; serão levantados sobre colunas, susten-

tando trofeus com bandeiras nacionais e bem decorados, e ornados com festões de flores, iluminados com lustres e arandelas, e nas suas colunas serão circunscritas as datas dos feitos mais gloriosos. As distâncias entre os arcos serão preenchidas com postes sustentando escudos em troféus representando as provinciais e outros com as iniciais de SMI ornadas com galhardetes com as cores nacionais e mastros com bandeiras diversas. A banda de música percorrerá frequentes vezes o lugar dos festejos<sup>9</sup>.

No mesmo fundo documental, temos a notícia de outras ações, não tão bem descritas e possivelmente animadas como essa da Freguesia de Santa Rita, sendo a disposição de arcos triunfais uma constante. No dia 18 de abril, temos as seguintes solicitações:

- no Jockey Clube, na Academia de Belas Artes, no Outeiro da Glória, no Colégio Nossa Senhora da Saúde e no Cais Pharoux;
- na Rua dos Ourives entre Ouvidor e Sete de Setembro, colocado no canto da Rua do Ouvidor;
- na Rua Sete de Setembro: quatorze arcos pequenos formando de noite um “caramanchão” luminoso; em cada arco o nome das principais batalhas e no centro as iniciais de SAR o Conde D’Eu, sendo iluminado e embandeirado à capricho;
- já na Rua da Direita, o plano era um arco ou adorno entre a Rua de São Pedro e a Teófilo Otoni.

Além de arcos, adornos e festejos, ações de libertação de crianças cativas foram uma constante nesses momentos de festa. A Sociedade Libertação, presidida pelo Dr. Manoel Tomáz Coelho, pretendia libertar as escravas que lhe fossem possíveis no dia do desembarque do Conde D’Eu, bem como a Classe Tipográfica, que ia recebê-lo no Arsenal de Marinha, libertando uma ou mais crianças. Além dessa iniciativa, a Comissão da Praia do Saco mandou colocar um coreto no Largo

do Gambá (atual Praça do Santo Cristo), de grandes proporções: 30 palmos de comprimento, 45 de altura e 18 de largura, iluminado por arandelas e com música por três dias, finalizando os festejos naquela localidade. Escolas de meninas programaram a cantoria de Hinos à Vitória, bem como a declamação de textos e poesias em francês e português, a fim de receber o Conde D'Eu (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de maio de 1870).

Esses festejos não ocorreram somente na Corte mas, pela leitura dos jornais, podemos acreditar que pelo menos nas principais cidades e capitais das províncias esse tipo de comemoração foi uma constante. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de maio de 1870, traz uma descrição interessante sobre festejos realizados em Recife. Além dos famosos arcos triunfais, três detalhes chamaram bastante atenção:

I - Os nomes das ruas por onde ocorreram os festejos possuem relação direta com os envolvidos na guerra (Visconde de Pelotas, Praça e Rua do Conde D'Eu, Rua do Duque de Caxias, etc), o que revela um traço bem importante da memória do pós-guerra, que foi a renomeação de logradouros, como vamos ver posteriormente;

II - Fora inaugurado um monumento, acredito que provisório, pois não temos notícias da existência posterior dele, em cujas laterais foram esculpidas datas e acontecimentos, além de nomes marcantes do conflito, segundo os "financiadores" do projeto: 1864/ Declaração de Guerra – José Antônio Saraiva; 1870/ Tratado de Paz – José Maria Paranhos; Sobre os pórticos correspondentes à Corte e ao município neutro foram colocados os rostos de Osório, Barão do Amazonas (Barroso) e da Passagem (Delfim Carlos de Carvalho, que ganhou esse título devido à Passagem de Humaitá), e Visconde de Pelotas (Marechal Câmara); no centro figuravam os

nomes e uma espécie de característica de cada personagem ali descrito: Caxias – Conduz os Exércitos à vitória; Conde D'Eu – prepara os brasileiros à Glória; Herval – valente e audaz, cuja invicta espada abre o passa à marcial jornada; Amazonas – calmo e sereno, mas de ânimo forte, varre das águas a inimiga coorte; Pelotas – para a coroa de tanta heroicidade, abate o tirano, planta a liberdade; Passagem – contra a opinião do mundo espectante, ele vence o impossível e passa à vante. Talvez seja um dos primeiros exemplos da construção simbólica dos chamados "heróis" da guerra; III - Dentro da Cadeia do Recife (na Rua de mesmo nome), fora construído um monumento que, em formato de uma pirâmide em degraus, continha em seu topo uma urna que simbolizava uma "caixa de guerra", contendo o nome dos soldados do Exército e da Marinha que foram do Recife para o teatro da guerra, estando escritos em duas cores: azul para os vivos e preto para os mortos. Não encontrei manifestação parecida a esta na Corte.

De certo que a chegada do Conde D'Eu era ansiosamente esperada e as festas se seguiram até mais ou menos esta data. Jornais mais satíricos, como *Vida Fluminense*, já encaravam com deboche a manutenção das festividades. Em 30 de abril, ao descrever as decorações nas ruas, fica bem evidente o tom político utilizado, pois o texto nomeia de forma pejorativa os senhores que as fizeram ou patrocinaram, percebendo-se que dali deveriam tentar tirar algum proveito. A capa deste dia resume muito bem o estado de coisas: um poeta sobre o morro do Pão de Açúcar e sua poesia enorme (de 12 horas, segundo o jornal!) aguardando a entrada do vapor conduzindo o Conde D'Eu (*Vida Fluminense*, 30 de abril de 1870). A questão é que o governo precisava aproveitar a manifestação popular a fim de evocar uma festa em seu nome, e, des-

ta forma, criar mais um símbolo nacional, que neste caso se tornaria o epílogo do triunfo da civilização contra a barbárie e serviria de base para o Terceiro Reinado, da Princesa Isabel e de seu marido, o Conde D'Eu, vitorioso. Mas o plano não saiu conforme o esperado.

## A FESTA DO BARRACÃO

Ao ter como objetivo apagar os problemas com o retorno e a impopularidade da “caçada a Solano López”, bem como do Tratado da Tríplice Aliança, o Imperador aprovou a criação de um festejo que marcasse oficialmente a vitória brasileira, além de fazer as chamadas exéquias: missas para “saudar” as almas dos mortos no combate. A princípio, a grande discussão era a data que marcaria de forma oficial o fim da guerra. Para tanto, o ministro da Guerra e o ministro da Justiça e presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Itaboraí, aprovaram um crédito especial de 200 contos de réis para a festa. O detalhe interessante é que não consultaram a Câmara nem o Senado para a liberação da verba.

A tentativa de criação de uma data oficial pode ser entendida como uma necessidade de reafirmação de uma identidade nacional e do poder do próprio D. Pedro II. Para Lilia Moritz Schwarcz, a

festa é o lugar da memória, uma pausa para (co)memorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes, mas as festas falam mais; retornam e repetem uma lenta ladainha que não se conforma exclusivamente à lógica do poder, já que no espaço da festa trocam-se dons e contradons, experiências, bens e símbolos (SCHWARCZ, 2001, p.15).

A ideia de uma festa comum, que encerrasse o sentimento nacional perante a guerra, pode ser explicada pelas palavras de Baczko, citando Rousseau, onde

a linguagem dos signos, que falaria mostrando [...] seria, no âmbito

de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas [...] propondo instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso [...] a fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e ritual novos (BACZKO, 1985, pp.301-302).

É através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais. A festa pelo fim da Guerra do Paraguai estaria inserida nesse contexto de criação/invenção de signos norteadores do imaginário coletivo, a fim de criar, possivelmente, uma memória e uma identidade social, de acordo com os preceitos do Estado Imperial. Mas ao contrário do que esperavam os homens públicos, a festa foi um fracasso como veremos a seguir.

Anúncios em jornais da Corte já ofereciam os bilhetes para as arquibancadas e camarotes. Em 19 de maio, a Empresa Brasileira e Portuguesa divulgava na seção “anúncios” do *Diário do Rio de Janeiro* o empreendimento como sendo “o melhor meio de assistir aos festejos do Campo da Aclamação”, “tem a satisfação de anunciar que obteve licença para mandar construir uma grande arquibancada coberta, próxima ao templo, situada no prolongamento da Rua do Hospício, em frente à Rua do Areal”. E continua: “a arquibancada terá 70 camarotes e vastíssimo espaço com cômodos assentos. Tanto os camarotes como a galeria têm entradas separadas” – este trecho demonstra o caráter não popular da festa. “A empresa tem resolvido vender camarotes e assentos para os dois festejos do dia 24 do corrente a um só preço, entregando aos senhores compradores dois cartões que ser-

vem: um para os festejos de manhã, outro para aqueles da tarde ou da noite” (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 de maio de 1870).

Em 12 de maio de 1870, Muritiba apresentou na Câmara a proposta de abertura do crédito, que por sinal já havia sido liberado, e o orçamento para a festa. A princípio a mesma se realizaria entre os dias 24 e 26 de maio. Seriam 48 contos para os músicos, iluminação e decoração, 36 contos para a confecção de uma estátua “monumental” de D. Pedro II e 100 contos para a construção de um templo provisório. Isso mesmo, provisório!

Imediatamente, a oposição lançou críticas. Uma das mais enfáticas foi a do Deputado José de Alencar, que considerava a proposta inoportuna e incompatível com as circunstâncias vividas pelo País naquele momento. Questionava:

Já atendeu [o governo] a todos os encargos provenientes da guerra? (...) Já enxugou todas as lágrimas das viúvas desvalidas? (...) Já honrou principalmente a educação dos órfãos dos voluntários falecidos em campanha, dessas crianças que hoje são filhos da pátria? [...] tirar do povo a camisa do corpo para transformar em papelão, converter as lágrimas das viúvas desvalidas e dos órfãos em fumo de luminária e foguetes, não senhores, não será com meu voto (*Anais da Câmara do Império*, 1870, p. 44).

Alencar ainda perguntava qual seria a real intenção do governo em promover tais festejos depois de festas grandiosas de apelo popular vistas no retorno dos voluntários da pátria. Além disso, apesar da dita festa ser nacional, as outras províncias talvez não participassem, visto não ter tempo para o envio de representantes. Mesmo sob alguns protestos, como o de José de Alencar, os créditos foram aprovados em 20 de maio, com 58 votos favoráveis e apenas oito contra.

No Senado, as discussões foram mais acaloradas, arrastando-se por quatro ses-

sões. Até mesmo os senadores que eram favoráveis à festa criticavam a forma pela qual o dinheiro fora liberado. As discussões iniciaram dia 9 de junho, mas tomaram grandes proporções a partir do dia 15 do mesmo mês com o discurso do Senador Dantas, da Província de Alagoas, que se declarou contrário às despesas insinuando que “a ideia do barracão tinha partido do alto” (*Anais do Senado*, 1870, p. 208). As falas mais exaltadas foram do Senador Nabuco de Araújo, que afirmava ser o real motivo da festa a vontade do governo em fazer a população esquecer-se das reformas, referindo-se aos debates sobre a questão escravista: “Quer o governo entreter o espírito público com a glória que alcançamos no Paraguai para arredar as reformas que ardentemente a população pede?” (*Anais do Senado*, 1870, p. 208). Pensava também nas promessas de campanha da guerra que não teriam sido cumpridas pelo governo, bem como as necessidades mais urgentes das províncias:

duzentos contos de réis queimados clamam as viúvas e os órfãos dos nossos bravos: e nós morremos de fome! Duzentos contos queimados: gritam as províncias! E tanta necessidade por cá. Duzentos contos seria uma quantia muito importante para perfazer a quantia necessária para comprar terras a fim de cumprirmos o compromisso que temos com os voluntários, porque foi este um compromisso para o fim da guerra.

E ainda questionava o Poder Moderador quando afirmava que “a prova é esse barracão: nós o vemos quase consumado, mas ali no Senado ainda se está discutindo a lei que o autoriza!”, e completa: “Ele governa com o parlamento, mas não governa o parlamento”, referindo-se ao Imperador. Apesar de tudo, o crédito no Senado também foi aprovado.

Com a verba oficialmente autorizada, visto que já havia sido liberada, pois não poderia depender do retorno do parlamento, segundo o próprio Ministro da Guerra, faltava acertar os detalhes. Muritiba planejava fazer

a festa no dia 24 de maio, a fim de “comemorar” a vitória na grande batalha ocorrida em Tuiuti, mas essa data foi logo descartada devido à demora do Senado na aprovação do orçamento. Ficou decidido então o dia 10 de julho, data da saída do Imperador rumo à Uruguaiana para acompanhar a retomada da cidade, ocorrida em dezembro de 1865, o que também gerou alguma discussão por não ser unanimidade considerar esta data um grande triunfo, mas, de qualquer forma, ela acabou sendo aceita.

Escolhida a data, faltava o local. O Imperador determinou que fosse feito no Campo da Aclamação, palco dos eventos mais importantes do Império, mas também um local cheio de capoeiras, lavadeiras e todo tipo de gente pobre<sup>10</sup>. Iniciou então um novo debate: com diversos prédios luxuosos sem uso, como a Casa da Moeda, atual Arquivo Nacional, por que o governo construiria um templo de madeira, papelão e tecido? Cogitou-se também utilizar as barracas militares que, além de poupar os 200 contos, dariam um caráter popular para a festa. Nada feito.

Resolvidos os impasses, instituiu-se a festa. As obras para a construção do templo ou barracão, como era chamada por populares, já haviam sido iniciadas antes mesmo da aprovação do orçamento. As críticas aumentaram, pois argumentavam que o Ministro Muritiba contratara somente italianos, desde o engenheiro até os músicos, para a construção do Templo/barracão, enquanto o Ministro da Fazenda obteve para seus genros a concessão de construir arquibancadas próximas ao Templo, com venda de bilhetes para que as pessoas acompanhassem os festejos.

O jornal *A Reforma* criticava esse favorecimento dos italianos e afirmava: “na festa nacional (...) os nacionais não servem nem para a engenharia, nem para arquitetura, nem para pintura: servem quando muito para pagar os impostos” (*A Reforma*, 24 de maio de 1870). Para piorar, denúncias de especuladores envolvidos no empreendimento, do não pagamento de trabalhadores

brasileiros empregados do templo, entre outras, fez com que até mesmo os jornais ditos de apoio ao governo, como o *Diário do Rio de Janeiro*, aconselhassem o povo a não comparecer à festa.

Os detalhes do Templo/barracão eram publicados quase que diariamente nos jornais. O entorno do Campo de Santana foi ornamentado com pequenos arcos, quatro maiores decoravam o grande pórtico, em frente ao portão principal. Todos os arcos possuíam iluminação simples, ornados com bandeiras, galhardetes e festões de folhas naturais. No interior do pórtico ficaria a *Alegoria à Paz* e em cada lado um obelisco retratando figuras importantes na guerra, mas cabe ressaltar que nenhum membro da Marinha foi lembrado. O templo foi construído em madeira e sarrafos, e estava erguido à frente da Casa da Moeda, ornado com colunas de estilo grego e escultura representando o anjo da vitória. No interior, fora erguida uma capela e um altar, tendo sua cúpula coberta de veludo vermelho, adornada com grinaldas e galões de ouro fino (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870). Só para não esquecer: era tudo temporário.

Nos dias anteriores à “festa do Barracão”, foram publicadas, além das críticas, anúncios da venda dos ingressos para a arquibancada e o programa oficial da festa, que proibia a entrada no templo de pessoas que não estivessem vestidas de paletó ou jaqueta e gravata branca. As portas do Templo/barracão também eram reservadas: a primeira era exclusiva da família imperial; a segunda dos deputados, senadores e conselheiros de Estado; a terceira para os “calças azuis”, grandes nomes militares; a quarta para os oficiais de linha e guardas nacionais e a quinta para o povo – só tinha um problema: não existia a quinta porta (*Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870).

Chegou o tão esperado 10 de julho. O início dos festejos foi marcado para as 6 horas da manhã com salvas e embandeiramento

de navios de guerra ancorados na Cidade do Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870). Uma neblina cobriu o Campo da Aclamação até boa parte da manhã, e até às 9 horas o campo continuava praticamente vazio, mesmo com a chegada da Família Imperial. Dos oito mil convites expedidos, cerca de 7800 foram rejeitados; as arquibancadas que deveriam abrigar por volta de 4385 pessoas, contavam apenas com 25, sendo a maioria familiares dos empresários envolvidos na festa. O Campo era praticamente um deserto, só interrompido pela Guarda Nacional e alguns corpos militares formados de um lado da praça (*O Alabama*, 23 de julho de 1870; *Correio Paulistano*, 23 de julho de 1870). Acredita-se que o próprio Imperador franqueou a entrada do Templo a populares que ali estavam. Segundo os jornais, entraram os tipos mais diversos: pretos com cestos, sujeitos em mangas de camisa, muita gente sem gravata, descalços, além meninos que brincavam de cabra-cega nas dependências do Templo. À tarde foram distribuídos gratuitamente cartões para as arquibancadas, que mesmo assim ficaram solenemente vazias.

Não ocorreram desordens no “Barracão”, ao contrário do que previa o Ministro Muritiba, que ordenou a presença de batalhões para reprimir qualquer desacato que viesse o povo a praticar. O fato inclusive foi criticado pelo *A Reforma*: “Mas, ignora o ministério que os soldados são filhos do povo? Não sabe o governo de São Cristóvão que esses soldados são irmãos e filhos de órfãos e viúvas que ainda não receberam da nação as pensões que lhe são devidas?” (*A Reforma*, 10 de julho de 1870).

Quando o Imperador se encaminhava ao Teatro Lírico a fim de assistir ao restante das comemorações, a população o cercou aplaudindo e gritavam “Abaixo o ministério!”, “Fora o ladrão do Muritiba!” Além disso, um grupo de mais de cem oficiais, seguidos do povo, marchou para o Largo do Palácio, onde fizeram pronunciamentos contra os ministros (*Correio Paulistano*, 21 de julho de 1870). Depois da confusão, se-

guiram em direção à Rua da Constituição, chegando novamente ao Campo da Aclamação, onde, aproveitando os cenários construídos para a comemoração da passagem da tropa, entoaram melodias, e uma que chamou maior atenção dos policiais, *O Prazer da Glória*, música esta composta por uma sociedade particular.

À noite, quando se esperava um espetáculo de luz, a imagem foi bem diferente: os quatro aparelhos de luz elétrica não produziram nenhum efeito; a iluminação dos arcos que circundavam o Campo foi de triste aparência, pois era ampla a região a ser iluminada e copinho furta-cor, que deveriam produzir um efeito quase mágico, simplesmente não foram acesos, pois essa tarefa foi confiada a acrobatas e garotos de rua que até às nove da noite ainda não haviam aparecido.

As confusões continuaram no dia 11, quando se formou no mesmo templo um grupo onde havia oficiais e praças que pretendiam acender velas de sebo, dirigindo provocações ao engenheiro que construiu o cenário, alegando o alto custo pela obra que logo seria desmanchada e o descaso em relação aos veteranos; repelidos, foram em direção à Rua da Alfândega soltando foguetes e dando diversos vivas e foras às personalidades envolvidas na guerra. Consta ainda, nos relatos dos envolvidos no caso, que participavam de todas as confusões moças, ditas de educação e de famílias distintas<sup>11</sup>.

Nos dias que se seguiram à “Festa do Barracão”, o templo construído em madeira, papelão e tecidos foi desmontado, sobrevivendo apenas em algumas fotografias. Suas madeiras acabaram por serem leiloadas, mas nada que suprisse os gastos com a festa. Até mesmo os jornais que apoiavam o governo concordavam que a festa não foi exatamente o que esperavam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Império restou uma certeza: não adiantou nada a tentativa de criar um patriotismo forçado, afinal o dia 10 de julho nunca figurou como data festiva nos calendários



brasileiros. Além disso, e talvez mais grave ainda, houve um notório desleixo com relação à Marinha, pois nenhum dos seus militares figurou nas comemorações de 10 de julho, o que trouxe à tona uma série de críticas que, com o passar dos anos, foram tomando corpo e ampliando o descontentamento com os rumos da monarquia.

As festas têm sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes (OLIVEIRA, 1989, p. 175). As comemorações são formas coletivas de recordação, onde a comunidade assegura e reafirma sua identidade. Essas comemorações nacionais têm impacto sobre os sentimentos da nação; desta forma, como vontade política, influenciam recordações e representações do passado. O fracasso dessa tentativa demonstrou a clara dificuldade em se forjar uma memória oficial do conflito, ainda com tantas nuances e questões por resolver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social" In: Edmund Leach (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, José Murilo de e NEVEZ, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos – cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GOYENA SOARES, Rodrigo. *Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As festas que a República manda guardar." *Revista de Estudos Históricos*. v.2, n. 4, 1989. disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans (o último Conde d'Eu)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do segundo reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille. *Recordações de guerra e de viagem*. São Paulo: Weiszflog, 1920.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Ofício do Conde d'Eu para o Ministro da Guerra. Vila do Rosário, 27/01/1870. Arquivo Nacional, códice 547, vol.20; Conde d'Eu para a Câmara. Quartel-General da Vila do Rosário, 06/02/1870 e Ofício particular de Paranhos para Cotegipe. Particular nº 51, Assunção, 27/02/1870. IHGB, lata 920, pasta 133.

<sup>2</sup> Ofício de Paranhos para Muritiba. Assunção, 01/10/1869, Arquivo Nacional, caixa 811, pasta 2.

<sup>3</sup> Fundo Câmara Municipal/ Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai; Notações: 42.3.19 e 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Coleção Conselho de Intendência. Série Guerra do Paraguai, notação 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Ofícios endereçados ao Conde d'Eu. 10 de dezembro de 1869. Manuscritos. Localização 34,03,006 – nº 29. Biblioteca Nacional.

<sup>6</sup> Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* fornece um panorama muito interessante sobre os jornais em circulação e suas tendências. Sobre esse contexto ele escreve: "Com a Guerra do

Paraguai ainda em curso, a imprensa começaria a refletir as inquietações”. Essas inquietações, segundo o autor, seriam da ordem social: o problema das ordens religiosas e a “campanha” pela dissolução delas; discutia-se a invasão do México pelos franceses, a disputa no teatro pelos autores nacionais, os “avanços” nas modas femininas. Destaca ainda o lançamento no ano de 1868 do jornal *Diário do Povo*, redigido por Tavares Bastos e Lafaiete Rodrigues Pereira, considerado “trincheira de combate dos liberais”; em 1869, Lafaiete Pereira passa a integrar o *Reforma* (um dos jornais base da pesquisa), dirigido por Francisco Otaviano, contando também com Saldanha Marinho, Tito Franco, Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Teófilo Ottoni, Souza Franco, Homem de Melo, entre outros. É considerado o jornal mais prestigioso da época. Originário do chamado Clube da Reforma (anteriormente os liberais estavam divididos com relação às reformas que pretendiam no sistema monárquico. Com a demissão do Gabinete Liberal de Zacarias de Vasconcelos em 1868, eles se fundiram no chamado Clube da Reforma), “significando a necessidade de alterações na ordem política que correspondessem às que decorriam do desenvolvimento do País”. Mais tarde, colaboraram com *A Reforma* Afonso Celso, Rodrigo Otávio, Faria Alvim, Joaquim Serra, entre outros. (SODRÉ, 1977, pp. 242-243).

<sup>7</sup> Série Guerra – Administração. IG2, 22, fundo 9k. Arquivo Nacional.

<sup>8</sup> *A Reforma*, 22 de março de 1870; *Jornal do Commercio*, 3 de março de 1870. Biblioteca Nacional; Francisco Felix Pereira da Costa. História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay (Volume 4). Rio de Janeiro: Livraria A. C. Guimaraes & C., 1871.

<sup>9</sup> Coleção Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai; Notação 44.1.47. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Segundo Iara Lis Carvalho Souza, o Campo da Aclamação seria um lugar dedicado às comemorações cívicas. A ideia no Primeiro Reinado era de transformá-la em um centro, uma zona privilegiada para essas festas, circunscrevendo um corpo arquitetônico e escultórico que pudesse celebrar o soberano e o Brasil. O nome se refere à aclamação de D. Pedro I como imperador logo após a Independência, considerada uma festa de teor popular, na qual o súdito se manifestava e celebrava a ligação com o governante, evocando um sentimento cívico. Talvez, aos escolher o Campo como local para a festa, D. Pedro II queria transformá-la em algo mais popular e evocar os princípios fundadores do Império (SOUZA, 1999, pp. 299-300).

<sup>11</sup> Ministério dos Negócios da Guerra, averiguação sobre os tumultos de 10 de julho de 1870. Arquivo Nacional.